

FICHA ELETROTÉCNICA
DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE SERVIÇO PARTICULAR

(emitido nos termos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 96/2017, de 10 de agosto)

1 - Requerente/Entidade Exploradora				
Nome:	JUNTA DE FREGUESIA DE CIMBRES		NIF/NIPC:	506919226
Telefone:	254 670 030	E-Mail:		
Morada:	Rua Escola			
C. Postal:	5110-167 Cimbres			

2 - Técnico Responsável				
Nome:	Rogério Faceira Nunes		NIF:	215498232
Telefone:	933469408	E-Mail:	lamegotec@gmail.com	
		N.º DGEG:	41651	

3 - Localização do imóvel						
Freguesia:	Cimbres		Concelho:	Armamar	Distrito:	Viseu
Entrada ⁽¹⁾ principal (Lugar/Rua):	E1	Rua Escola nº6			Coordenadas GPS:	41°02'53.1"N 7°42'00.6"W
Outra Entrada ⁽¹⁾ do Imóvel:					Coordenadas GPS:	

Inserir linha

4 - Caraterização do imóvel				
Descrição do Imóvel:	Outros		Instalação:	Nova
Classificação das instalações ⁽²⁾ :	Edifícios do tipo administrativo		Total Ramais:	0

5 - Instalação Elétrica											
Tipo da Instalação ⁽³⁾	Entrada do Imóvel	Ramal N.º	NIP ⁽⁴⁾ (existente)	CPE ⁽⁵⁾ (existente)	Andar	Fração	Tipo utilização individual ⁽⁶⁾	Entrada	Total Instalado (kVA)	Fator de Simultaneidade	Potência a Alimentar (kVA)
C	E1	1	-	-	RC		Escritório	Mono	10,35	1,00	10,35
											0,00
											0,00
											0,00
											0,00

Inserir linha

Tipo de Instalação	Potência Total Instalada (kVA)
Tipo A: geradores de segurança e de socorro	0,00
Tipo B: instalações alimentadas em MT/AT/MAT	0,00
Tipo C: instalações alimentadas em BT	10,35

Declaro que a informação apresentada caracteriza a instalação elétrica.

2024/02/25

(Data e assinatura do técnico responsável)

FE_v.20190102

(1) Localização (Rua e numeração de porta ou Lugar) do(s) ponto(s) de entrega ao imóvel (ramais de alimentação).
Caso a instalação de utilização seja alimentada por um ramal próprio, deve mencionar a respetiva localização.

(2) Conforme Anexo I do Despacho n.º 1/2018 da DGEG.

(3) Conforme art.º 3.º do Decreto-Lei nº 96/2017. Para instalações do "Tipo A", de socorro ou segurança, indicar a "Entrada", "Ramal N.º", "NIP" e "CPE" da instalação de utilização a que está associado.

(4) NIP - Número de Identificação do Prédio. Caso ainda não esteja atribuído, colocar "-".

(5) CPE - Código do Ponto de Entrega (conforme art.º 229º do RRC). Caso ainda não esteja atribuído, colocar "-".

(6) Conforme Anexo II do Despacho n.º 1/2018 da DGEG.



TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO PROJETO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE SERVIÇO PARTICULAR

(artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 96/2017, de 10 de agosto)

1 Promotor / Entidade Exploradora

Nome:	JUNTA DE FREGUESIA DE CIMBRES		
Telefone:		E-mail:	deccivil.armamar@gmail.com
		NIF:	506919226

2 Técnico responsável pelo projeto

Nome:	Rogério Faceira Nunes		
N.º BI/CC:	10227194		
Telefone:	933469408	E-mail:	lamegotec@gmail.com
		NIF:	215498232
N.º DGEG:	41651	N.º OE:	41359
		N.º OET:	
Morada:	Rua Nossa Senhora da Pena nº403		
C. Postal:	5000-374 Vila Real		

3 Identificação do imóvel

Lugar/Rua:	Rua Escola nº6		
Freguesia:	Cimbres		
Concelho:	Armamar	Distrito:	Viseu
Tipo de estabelecimento:	Habitação		

4 Identificação da instalação elétrica

NIP:		Instalação nova	x
CPE(s):		Instalação existente	

Declaro que se observam as disposições regulamentares em vigor, bem como outra legislação aplicável.

Declaro também que o projeto simplificado está em conformidade com o projeto de execução, no que respeita às disposições regulamentares de segurança aplicáveis para efeitos de vistoria/inspeção.

25/02/2024

(Data e assinatura do técnico responsável pelo projeto)



DECLARAÇÃO

O Conselho Diretivo da Região Norte da Ordem dos Engenheiros declara que o Engenheiro ROGERIO FACEIRA NUNES está como Membro Efetivo, nesta associação pública profissional, sendo portador da Cédula Profissional n.º 41359, titular do curso de Engenharia Electrotécnica pelo(a) Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro em 13-09-1995, agrupado na(s) Especialidade(s) de Eletrotécnica desde 18-07-2001, com o título de qualificação de Sénior, está na efetividade dos seus direitos como Engenheiro.

Validade

Mais se declara que se encontra na efetividade dos seus direitos como engenheiro, bem como na sua capacidade para exercer as seguintes funções: • Elaboração de Projeto de instalações elétricas de acordo com o art.º 19 da Lei 14/2015, de 16 de fevereiro, e Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, relativamente a obras da Categoria, I, II, III e IV estabelecidas nos quadros n.º 1 e n.º 2 do Anexo III da Lei n.º 40/2015; • Execução de instalações elétricas de acordo com os artigos 4.º e 5.º da Lei n.º 14/2015, de 16 de fevereiro e com a Lei n.º 41/2015, de 3 de junho, relativamente a obras da 4.ª Categoria, em todas as Subcategorias; • Exploração de instalações elétricas de acordo com o artigo 20.º da Lei n.º 14/2015, de 16 de fevereiro. A presente declaração destina-se a ser exibida perante as entidades competentes, apenas para efeitos da prática do(s) ato(s) de engenharia nela descritos e é válida pelo prazo de 1 ano.

Assinatura

Porto, 7 de setembro de 2023.



Bento Machado Aires
Presidente do Conselho Diretivo

Elementos de validação
Código: DUKCB7CF
Ref.º: IE30010
Declaração n.º: RN83101/2023

Rua Rodrigues Sampaio, N.º 123, Porto
Tel. 222071300

www.oern.pt

Data
29 de novembro de 2023

Contribuinte n.º
215498232

Apólice n.º
8410226152

Linha Exclusiva
21 794 30 20
dias úteis,
das 8h30 às 19h00 (custo de
chamada para a rede fixa
nacional)

engenheiros@ageas.pt
www.ageas.pt/engenheiros



Declaração de Seguro de Responsabilidade Civil Profissional

Membros da Ordem dos Engenheiros

A Ageas Portugal, Companhia de Seguros, S.A. declara, para os devidos efeitos, que foi realizado o contrato de seguro para os membros da Ordem dos Engenheiros, com as seguintes características:

- Ramo: Responsabilidade Civil Profissional
- Tomador de Seguro: Ordem dos Engenheiros
- N.º Apólice: 8410226152
- Início: 01 de julho de 2023
- Termo: 30 de junho de 2024
- Pessoa Segura: ROGERIO FACEIRA NUNES
- N.º de Cédula Profissional: 41359
- Âmbito da Cobertura: conforme Condições Particulares e Especiais anexas.
- Capital: 75.000 € por membro, sinistro e anuidade

Informa-se que o seguro identificado regula-se pela Lei do Contrato de Seguro e, segundo o artigo 59.º, a garantia de cobertura de riscos é válida após o recebimento do valor total a pagar pela mesma.

Prevalecerão sempre os termos e condições da apólice 8410226152.

Pela Ageas Portugal,

Luis Neves
Produção

Marisa Castro
Operações

Elementos de validação (Ordem dos Engenheiros)

Código: 2PVI30DE | Ref.ª: GM0004B | Declaração n.º: RN90660/2023

**PROJECTO
DE**

**INSTALAÇÕES
ELÉTRICAS**

1. PREÂMBULO

O presente documento refere-se ao projeto de instalações elétricas de um processo de construção de uma habitação unifamiliar que **JUNTA DE FREGUESIA DE CIMBRES**, pretende levar a efeito na **Rua Escola nº6, Cimbres, Armamar**.

No contexto atual e com vista ao suprimento da legislação em vigor, nomeadamente o Decreto de Lei 101-D/2020, torna-se imperioso dotar as edificações dos requisitos mínimos legais.

2. ENQUADRAMENTO LEGAL

Os requisitos aplicáveis a edifícios para a melhoria do seu desempenho energético e que regula o Sistema de Certificação Energética de Edifícios, transpondo a Diretiva (UE) 2018/844 e parcialmente a Diretiva (UE) 2019/944 são estabelecidos pelo Decreto de Lei 101-D/2021 e regulamentados pela Portaria n.º 138-I/2021.

As instalações elétricas a estabelecer no edifício deverão ser realizadas em conformidade com a Portaria 949-A/2006.

Deverá ainda cumprir com a legislação seguinte:

- Decreto de Lei n.º 39/2010, de 26 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 170/2012, de 1 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 90/2014, de 11 de Junho;
- Portarias n.º 220/2016, n.º 221/2016 e n.º 222/2016, a 10 e 11 de agosto, bem como o Guia técnico das instalações elétricas para carregamento de veículos elétricos;
- Decreto de Lei n.º 162/2019;
- Decreto de Lei nº 23/2010;
- Lei n.º 14/2015.

3. TIPO DE EDIFICAÇÃO

A Edificação em causa é uma Habitação Unifamiliar.

Decorrente da análise legislativa verifica-se a necessidade de dimensionar as seguintes sistemas técnicos elétricos:

- Infraestrutura de carregamento de veículos elétricos;
- Sistema de produção de energia elétrica.

4. CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS PONTO DE CARRÉGAMENTO DE VEÍCULOS ELÉTRICOS (PCVE)

Deverá ser instalada uma tomada de energia elétrica, adequada, de forma a poder ser ligado um veículo elétrico.

Esta tomada de energia elétrica, designada por ponto de carregamento, será de modelo certificado para o efeito, com requisitos técnicos definidos pela DGEG.

Este circuito será independente e protegido, contra contactos directos, no quadro elétrico parcial (QP) estabelecido no respetivo piso alimentado a partir do quadro do piso principal (QE) caso o PCVE se encontre em piso distinto do mesmo. Sendo o PCVE localizado no mesmo piso do QE a ligação decorrerá deste quadro elétrico principal.

É anexa planta com a localização da referida tomada para carregamento de veículos elétricos.

A ligação da tomada PCVE deve ser feita por meio de um circuito dedicado, a partir do Dispositivos Diferenciais (DR). O ponto de ligação do VE deve ser protegido por meio de um DR com uma corrente diferencial-residual estipulada não superior a 30mA, do tipo A, que interrompa todos os condutores ativos, incluindo o neutro.

O circuito de alimentação deverá ser individualizado e dotado de dispositivo individual de proteção contra as sobreintensidades de 16A.

As Ligações à terra e condutores de proteção revestem-se de extrema importância pois os sinais de controlo que circulem no condutor de proteção (PE) não devem passar para a instalação elétrica fixa, devendo ser observadas as regras constantes na secção 7.5.2 da norma EN 6114010.

Estes sinais, e os dispositivos com eles relacionados, não devem impedir o correto funcionamento dos dispositivos instalados para garantir as medidas de proteção por corte automático da alimentação como, por exemplo, os DR.

A tomada de PCVE deve respeitar as normas EN 60309-1, EN 62196-1EN, 60309-2, IEC 62196-2 / NP 1260. A tomada deve ser instalada tão próxima quanto possível no local de estacionamento da viatura. A tomada deve ser instalada de forma fixa em quadros ou em invólucros, não sendo permitido o uso de tomadas móveis. O bordo inferior das tomadas deve estar colocado a uma distância do pavimento acabado entre 0,5 m e 1,5 m. No modo de carga utilizado é proibido que o VE possa alimentar a instalação fixa.

5. CONDIÇÕES TÉCNICAS SISTEMAS DE PRODUÇÃO ENERGIA ELÉTRICA

Prevê-se a dotação, a partir do quadro elétrico principal (QE), de uma tubagem de 40mm de diâmetro à cobertura para poder albergar as cablagens necessárias à implementação de um sistema de produção de energia elétrica.

Deverá ser acautelada o espaço de reserva a considerar no QE para os equipamento de corte e proteção de pessoas e bens.

Deverá dotar-se, ainda, de tubagem de 40mm ao provável local do inversor e dos eventuais acumuladores de energia.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo o material a utilizar deverá ser o adequado e de boa qualidade, de acordo com todas as normas vigentes e executado de forma regulamentar.

Todo e qualquer aspeto que possa estar omissa deverá observar-se e respeitar-se o normativo.

Vila Real, fevereiro 2024

(Rogério Faceira Nunes, Eng^o)